

Discurso proferido pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, Dr. Cláudio Antônio Ribeiro, por ocasião da posse do Dr. Lauremi Camaroski no cargo de Presidente do Tribunal <sup>(\*)(\*\*)</sup>

“Há alguma esperança? Um pouco, só um pouco de Oswald de Andrade, abala a quietude da submissão ao conformismo, alimenta, embala, eleva, ilumina e fecunda todas as idéias contra os discursos dos conformados. Não sei se nos basta, mas nesta terra Oswaldiana, contra os descaminhos dos capitães do mato e dos herdeiros das nossas herdadas capitâneas, a nossa reação veio sempre marcada pelo contrapeso da nossa originalidade nativa. Abandonando as vertentes clássicas que nos ensinam a decifrar os mistérios das sociedades dividindo-as em segmentos, classes, categorias, analisadas à luz das relações de trabalho, das linhas de produção, da circulação de mercadorias e capitais, talvez seja mais importante neste momento de crise adotar só uma divisão entre nós: a parede proposta por augusto boal: de um lado os humanistas e as concepções do humanismo e de outro, os canibais, o canibalismo injetado pela ideologia neoliberal nas vértebras da internacionalização das economias - globalização destinada a asfaltar a estrada para a hegemonia dos grandes capitais, das grandes corporações para escravizar governos, sufocar os direitos e os desejos planetários do ser humano. Humanos, humanistas, brasileiros, em linguagem oswaldiana, nunca fomos definitivamente catequizados embora vivamos através de um direito sonâmbulo. Já fizemos Cristo nascer tanto na Bahia quanto em Belém do Pará,

---

(<sup>\*)</sup> *Cerimônia de posse realizada em 15/12/2001, no plenário do TRT da 9ª Região.*

(<sup>\*\*</sup>) *Publicado no 1º semestre de 2002, pois a edição referente ao 2º semestre de 2001 foi comemorativa aos 25 anos do TRT.*

mas jamais admitimos o nascimento da lógica entre nós. Por isso, para sairmos da planície das hipóteses para os tortuosos planaltos da vida, não podemos mais continuar abraçados à idéia de que o direito deve ser apenas a garantia do exercício das possibilidades, porque das entranhas do direito queremos extrair também erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, queremos alimentar nossas mesas, criar nossos filhos, respeitar nossas humanas diferenças, queremos defender nossa liberdade, preservar nossa identidade, nossa privacidade, plantar, enfim, uma sociedade mais justa, mais fraternal e solidária, menos desigual. Quem bem enxerga, bem vê, sabe que a vontade política dos que nos governam é, antes de tudo, concebida nos laboratórios perversos das concepções neoliberais, dos discursos que defendem a inteira liberdade para o ir e vir dos capitais e mercadorias mas estancam, aprisionam, condenam à marginalização todas as políticas de distribuição de rendas e riquezas. O trabalho está em crise, o emprego está em crise. Há menos trabalho e menos emprego. Neste momento, penso, devemos pelo menos defender o que temos dentro dos princípios que construímos ao longo de tantas experiências vividas e enfrentadas, abrandar a nossa fome antropofágica, ampliar nossas trincheiras contra a autofagia que nos consome. Os serviços dos especuladores, os agentes do ideário neoliberal, atuam de todas as formas, valendo-se de todas as armas. Na América Latina querem, no campo do Direito do Trabalho, derogar, destruir todas as barreiras impostas pela regulamentação à voracidade da elite patrimonialista e seus parceiros internos e externos. Os intensos ataques aos direitos e à Justiça do Trabalho não são, na verdade, desferidos apenas contra a sua existência, mas sobretudo contra as normas que ainda regulam e impõem limitações e controles entre o capital e o trabalho. Desregulamentação do Direito do Trabalho e desmanche do Judiciário Trabalhista confundem-se no mesmo alvo. Os que

atacam as normas trabalhistas, afirmando-as atrasadas, incapazes de recepcionar a modernidade que apregoam, não querem, na realidade, nenhuma norma, querem a mais irrestrita liberdade para escravizar o trabalho. E os que atacam a Justiça do Trabalho, sabem que no fundo, enquanto ela sobreviver, sobreviverão os princípios sobre os quais repousam direitos inerentes à regulamentação. É preciso no entanto entender que os agentes do liberalismo não são apenas os que se lançam sobre nós, porque muitos, mesmo não percebendo, atuam entre nós, no nosso meio. E cultivam, em terrenos baldios, a tatuagem das torres de marfim. Advogado, cabe-me dizer o que queremos e o que pensamos: 1 - Somos humanos, cometemos erros, muitas vezes exageramos, muitas vezes minimizamos, mas nós não julgamos, não podemos julgar. O nosso dever nos impõe levar a exame do Judiciário dos conflitos embutidos nas verdades que cada um carrega consigo. E existindo em cada verdade alguma possibilidade de direito, mínimo que seja, é nosso dever canalizá-la a exame judicial. Se não o fizermos estaremos abrindo espaços para os enfrentamentos pessoais, desgovernados, sem intermediação. E com isso adubaremos o campo fértil das violências. Advogado, queremos ser compreendidos no exercício do nosso papel. Não nos julguem por que não julgamos. 2 - Sabemos que os mais jovens, advogados jovens, jovens juizes, alimentam-se do absolutismo das certezas, porque só a maturidade ensina a fertilidade das dúvidas. A maturidade ensina a paciência e a paciência cultiva a ponderação. A inteligência de um julgador revela-se na capacidade de escutar antes para decidir depois. Ouvir com sabedoria e decidir com o coração. Quando se fala em delicadeza no trato e serenidade na condução das decisões, é impossível não se lembrar de alguns magistrados exemplares: Ana Carolina, Fátima Ledra Machado, Fernando Hoffmann e, algum tempo antes, Arion Mazurkevic, Lauremi Camaroski, Luiz Eduardo Gunther, Luiz Antônio Bernardo. 3 -

Advogados, não pode haver entre nós quem se oponha à composição de conflitos; todavia, compor uma demanda é desvendar a síntese das soluções permanentes, aquela que não deixa sequelas. Conciliar não é compor. O instituto da conciliação traz em si as marcas de uma concepção fecundada em laboratórios fascistas, anti-democráticos, porque no fundo, bem no fundo, é apenas um sedativo destinado a ocultar feridas. Quando se fala em conciliação é impossível não se lembrar do saudoso Leonardo Abagge, que jamais dispunha de mais de duas palavras para colher soluções conciliatórias. Ele próprio dizia: a conciliação reduz serviços, mas deixa marcas e conseqüências que adiam soluções. 4 - Advogados, queremos deixar aqui, neste ambiente fecundo, o registro de algumas pretensões: a) - queremos a extinção da SIEEx, mas, para extingui-la, queremos participar ativamente do processo com a contribuições acumuladas pela nossa experiência; b) - queremos ser acolhidos como iguais, seja na enfermidade dos nossos erros, seja nos descaminhos das nossas paixões. 5 - Dra. Adriana: Nós, advogados, queremos agradecer-lhe, aqui e publicamente, a sua coragem de enfrentar a vida, agradecer-lhe a sua cordialidade, o seu empenho na solução de questões delicadas, a sua atuação segura e ponderada na solução das dívidas públicas. 6 - Dr. Lauremi, amigo, magistrado que conserva entre os advogados a alegria das amizades sem nenhum receio. Vossa Excelência assume a Presidência desse Egrégio Tribunal num momento em que o País atravessa e atravessará as tempestades de 2002, conjuntura em que a crise brasileira poderá alargar o campo da exclusão social, aprofundar o desemprego, ampliar as desigualdades. Nós estamos convencidos de que a sua invejável lucidez e a sua simplicidade, docemente humana, prestarão imenso serviço às composições dos combates que consolidam a democracia. Dra. Wanda: de Vossa Excelência é conhecida e respeitada a humildade carregada de serenidade. A Corregedoria pode - e deve -

cumprir papel controlador de fundamental importância. Não bastam as visitas rotineiras, a verificação de livros de carga de autos. É preciso muito mais. É indispensável ouvir-se o clamor dos corredores, o ruidoso silêncio das aparências. E não se deixar abater pelas razões dos sentimentos quando se impuser a necessidade dos remédios amargos. Vir do passado até o presente por meio da memória. Desvendar o futuro pela imaginação, ou pelo sonho, o devaneio. Viver antes, percorrer, de qualquer modo, um caminho. Neste momento afegão, há alguma esperança no ar? Tarik Ali, filho do Afeganistão, romancista universal, no seu MEDO DO ESPELHO intermedia o diálogo das últimas gerações e nos ensina: A esperança não pode ser nunca uma emoção passiva. deve ser plantada no coração dos homens.